Dirley da Cunha Júnior

Curso de Direito Administrativo

21ª edição

Revista, ampliada e atualizada

2024

EDITORA JusPODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

EDITORA JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento

Copyright: Edições *Jus*PODIVM

Diagramação: Equipe *Jus*PODIVM

Capa: Ana Caquetti

C972c Cunha Júnior, Dirley da
Curso de Direito Administrativo / Dirley da Cunha Júnior– 21.ed., rev., atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

848 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4591-0

1. Direito Administrativo. 2. Administração Pública. 3. Atos Administrativos. I. Cunha Júnior, Dirley da. II. Título.

CDD 341.3

Bibliotecária responsável:
Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições *Jus*PODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições *Jus*PODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

Capítulo I

O DIREITO ADMINISTRATIVO, A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO 23

1. O DIREITO ADMINISTRATIVO 23
   1.1. Origem e Desenvolvimento do Direito Administrativo 23
   1.2. Conceito e Objeto do Direito Administrativo 26
   1.3. Fontes do Direito Administrativo 28
   1.4. Interpretação do Direito Administrativo 29
2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 30
   2.1. Estado 30
   2.2. Administração Pública 31
   2.3. Função Administrativa e Função Política (ou de Governo) 35
3. O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO 36
   3.1. Conceito 36
   3.2. Conteúdo 39
      3.2.1. Considerações gerais acerca dos princípios jurídicos 39
      3.2.2. Supremacia do interesse público sobre o interesse privado 41
      3.2.3. Indisponibilidade do interesse público 43
      3.2.4. Princípio da legalidade 43
      3.2.5. Princípio da impessoalidade 44
         3.2.5.1. Princípio da intranscendência subjetiva da sanção 45
      3.2.6. Princípio da moralidade 47
      3.2.7. Princípio da publicidade 50
      3.2.8. Princípio da eficiência 53
      3.2.9. Princípio da finalidade pública 54
      3.2.10. Princípio da presunção de legitimidade 55
      3.2.11. Princípio da autotutela 56
      3.2.12. Princípio do controle judicial dos atos administrativos 58
      3.2.13. Princípio do devido processo legal, da razoabilidade e proporcionalidade 60
      3.2.14. Princípio da motivação 62
      3.2.15. Princípio da obrigatoriedade do desempenho da atividade administrativa 64
      3.2.16. Princípio da continuidade dos serviços públicos 64
      3.2.17. Princípio da igualdade dos administrados face a administração pública 64

3.2.18. Princípio da segurança jurídica 66
3.2.19. Princípio da responsabilidade do Estado 68
3.2.20. Princípio da obrigatoriedade da licitação 68
3.2.21. Princípio da precedência da administração fazendária 69
3.2.22. Princípio do concurso público 70
4. QUADRO SINÓTICO 70
5. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 73
6. QUESTÕES 76

Capítulo II
DEVERES E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 79

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 79
2. DEVERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 79
2.1. Dever de Agir 80
2.2. Dever de Juridicidade 81
2.3. Dever de Probidade 81
2.4. Dever de Eficiência 82
2.5. Dever de Prestação de Contas 82
3. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 82
3.1. Poder Vinculado 83
3.2. Poder Discricionário 84
3.3. Poder Hierárquico 87
3.4. Poder Disciplinar 88
3.5 Poder Regulamentar 92
3.6. Poder de Polícia 95
3.6.1. Conceito 95
3.6.2. Fundamento do exercício do poder de polícia administrativa 96
3.6.3. Finalidade do poder de polícia administrativa 97
3.6.4. Objeto do poder de polícia administrativa 97
3.6.5. Motivo do poder de polícia administrativa 97
3.6.6. Manifestação do poder de polícia administrativa 97
3.6.7. Setores do poder de polícia administrativa 98
3.6.8. Atributos do poder de polícia 98
3.6.9. Requisitos ou elementos do poder de polícia administrativa 99
3.6.10. Delegação do poder de polícia administrativa 99
3.6.11. Sanções aplicáveis em razão do exercício do poder de polícia administrativa 101
3.6.12. Características do poder de polícia administrativa 101
3.6.13. Controle do poder de polícia administrativa 101

4. USO E ABUSO DO PODER 101
4.1. Excesso de Poder 102
4.2. Desvio de Poder 102
5. QUADRO SINÓTICO 102
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 104
7. QUESTÕES DE CONCURSOS 106

Capítulo III
ATOS ADMINISTRATIVOS 109

1. DISTINÇÃO ENTRE FATOS JURÍDICOS E ATOS JURÍDICOS 109
2. ATOS DA ADMINISTRAÇÃO E ATOS ADMINISTRATIVOS 110
3. CONCEITO DE ATO ADMINISTRATIVO 111
4. ATRIBUTOS DO ATO ADMINISTRATIVO 114
4.1. Presunção de Juridicidade (Legitimidade) e de Veracidade 114
4.2. Imperatividade 114
4.3. Exigibilidade 115
4.4. Executoriedade (ou Autoexecutoriedade) 115
4.5. Tipicidade 116
5. PERFEIÇÃO, VALIDADE E EFICÁCIA DO ATO ADMINISTRATIVO 116
6. ELEMENTOS OU REQUISITOS DO ATO ADMINISTRATIVO 118
6.1. Sujeito Competente 119
6.2. Finalidade Pública 119
6.3. Forma Prescrita em Lei 120
6.4. Motivo 121
6.5. Objeto 122
6.6. Conteúdo 122
6.7. Causa 123
7. ELEMENTOS E PRESSUPOSTOS DO ATO ADMINISTRATIVO SEGUNDO FORMULAÇÃO DE CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO 124
8. O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO 124
9. CLASSIFICAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 126
9.1. Classificação Genérica 126
9.2. Classificação Específica ou Tipológica 129
10. EXTINÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS 133
10.1. Considerações Gerais 133
10.2. Revogação 135
10.2.1. Sujeito ativo 135
10.2.2. Objeto da revogação 135
10.2.3. Fundamentos da revogação 136

10.2.4. Limites da revogação 136
10.2.5. Motivos da revogação 136
10.2.6. Efeitos da revogação 136
10.2.7. Natureza jurídica do ato revogador 136
10.2.8. Revogação e indenização 136
10.3. Invalidação 136
10.3.1. Sujeito ativo 137
10.3.2. Objeto da invalidação 137
10.3.3. Fundamentos da invalidação 137
10.3.4. Motivos da invalidação 137
10.3.5. Efeitos da invalidação 137
10.4. Classificação da Invalidação 137
10.5. Prescrição e Decadência Administrativa 140
10.6. Coisa Julgada Administrativa 143
11. QUADRO SINÓTICO 144
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 149
13. QUESTÕES DE CONCURSOS 151

Capítulo IV
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 155

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 155
2. FORMAS DE REALIZAÇÃO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA: CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO, CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO 157
3. ADMINISTRAÇÃO DIRETA 159
3.1. Órgão Público. Conceito 160
3.2. Classificação dos Órgãos Públicos 163
3.2.1. Quanto a sua posição estatal ou quanto à hierarquia 163
3.2.2. Quanto à estrutura do órgão público 165
3.2.3. Quanto à esfera de atuação dos órgãos públicos 165
3.2.4. Quanto à composição ou atuação funcional dos órgãos públicos 165
4. ADMINISTRAÇÃO INDIRETA 166
4.1. Autarquias 168
4.2. Fundações Públicas 171
4.3. Agências Reguladoras 173
4.4. Agências Executivas 181
4.5. Empresas Estatais 182
4.5.1. O Regime jurídico das empresas estatais 186
4.6. Consórcio Público 194
4.6.1. Conceito e natureza 194

4.6.2. Objetivos 196
4.6.3. Do protocolo de intenções 197
4.6.4. Do contrato de rateio 198
4.6.5. Do contrato de programa 199
5. QUADRO SINÓTICO 201
6. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 204
7. QUESTÕES 207

Capítulo V
TERCEIRO SETOR: OS ENTES DE COOPERAÇÃO 209

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS 209
2. SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS 210
3. ENTIDADES DE APOIO 212
4. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – "OS" 215
5. ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO – "OSCIP'S" 221
6. QUADRO SINÓTICO 225
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 226
8. QUESTÕES 228

Capítulo VI
SERVIÇOS PÚBLICOS 231

1. CONCEITO 231
2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS 233
2.1. Elemento Subjetivo 233
2.2. Elemento Formal 234
2.3. Elemento Material 234
3. PRINCÍPIOS QUE SE APLICAM AO SERVIÇO PÚBLICO 235
3.1. Princípio da Continuidade do Serviço Publico 235
3.2. Princípio da Mutabilidade do Regime Jurídico 236
3.3. Princípio da Igualdade 236
3.4. Princípio da Atualidade 237
3.5. Princípio da Modicidade das Tarifas 237
3.6. Princípio da Cortesia no Tratamento com o Público 237
3.7. Princípio da Generalidade 238
4. CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO 238
4.1. Serviços Públicos Próprios e Impróprios 238
4.2. Quanto ao Objeto 238
4.3. Serviços *Uti Singuli* e Serviços *Uti Universi* 239
4.4. Quanto à Maneira como Concorrem para Satisfazer ao Interesse Social 239

4.5. Serviços Públicos e Serviços de Utilidade Pública 240
5. FORMAS DE PRESTAÇÃO E MEIOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS 241
6. A TERCEIRIZAÇÃO DOS SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL 241
7. DELEGAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO 243
7.1. Concessão de Serviço Público 243
7.2. Permissão de Serviço Público 244
7.3. Autorização de Serviço Público 244
8. QUADRO SINÓTICO 245
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 248
10. QUESTÕES DE CONCURSOS 250

Capítulo VII
SERVIDORES PÚBLICOS 253

1. AGENTES PÚBLICOS 253
2. ESPÉCIES DE AGENTES PÚBLICOS 254
2.1. Agentes Políticos 255
2.2. Agentes ou Servidores Administrativos do Estado 258
2.2.1. Servidores públicos 259
2.2.1.1. O regime jurídico único 265
2.2.2. Servidores empregados (ou empregados públicos) 266
2.2.3. Servidores temporários 268
2.2.4. Militares 273
2.3. Agentes particulares em colaboração com o Estado 274
3. CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA 275
3.1. Considerações conceituais e distintivas 275
3.2. Acesso aos cargos, empregos e funções públicas 278
3.3. Concurso Público 281
3.3.1. Concurso público e pessoa com deficiência 293
4. PROVIMENTO 295
4.1. Provimento Originário ou Autônomo 296
4.2. Provimento derivado 296
4.2.1. Provimento derivado vertical 297
4.2.2. Provimento derivado horizontal 298
4.2.3. Provimento derivado por reingresso 301
5. VACÂNCIA 303
6. EFETIVIDADE, ESTABILIDADE E VITALICIEDADE 304
7. REMUNERAÇÃO E SUBSÍDIO 309
7.1. Fixação e alteração da remuneração e do subsídio 311
7.2. Revisão da remuneração e do subsídio 311

7.3. Limites à Remuneração e ao subsídio 315
7.4. Proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas. 323
7.5. Proibição de Vinculação e Equiparação de Remuneração e Subsídio 329
8. DIREITOS DOS TRABALHADORES EXTENSIVOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS. O DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO SINDICAL E O DIREITO DE GREVE 330
9. A EMENDA CONSTITUCIONAL 109/2021 E O AJUSTE FISCAL DE VEDAÇÕES 334
10. PREVIDÊNCIA SOCIAL DO SERVIDOR PÚBLICO 336
10.1. Regimes Previdenciários 337
10.2. Aposentadoria e Pensão 339
10.2.1. A Previdência do Servidor após a EC 20/1998 340
10.2.2. A Previdência do Servidor após a EC 41/2003 345
10.2.3. A Previdência do Servidor após a EC 47/2005 355
10.2.4. A Previdência do Servidor após a EC 70/2012 356
10.2.5. A Previdência do Servidor após a EC 88/2015 358
10.2.6. A Previdência do Servidor após a EC 103/2019 359
10.2.6.1. Regra temporária de aposentadoria do servidor público federal 362
10.2.6.2. Regras de transição de aposentadoria do servidor público federal 363
10.2.6.3. Demais regras permanentes do RPPS do servidor público federal 365
10.2.7. Pensão por morte do servidor público federal 374
11. QUADRO SINÓTICO 377
12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 385
13. QUESTÕES DE PROVAS DE CONCURSOS 402

Capítulo VIII

RESPONSABILIDADE EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS 405

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO 405
1.1. Distinção entre a Responsabilidade Administrativa e a Responsabilidade Civil do Estado 406
1.2. Distinção entre a Responsabilidade Civil do Estado e a Responsabilidade Civil Submetida ao Direito Privado 406
1.3. Distinção entre Responsabilidade Civil do Estado e Sacrifício de Direito 406
1.4. Evolução da Responsabilidade do Estado 407
1.4.1. Fase da irresponsabilidade do Estado (teoria regaliana) 407
1.4.2. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Privado (teorias civilistas) 407
1.4.3. Fase da responsabilidade do Estado fundada no Direito Público (teorias publicistas) 408

2. TEORIA DA CULPA ADMINISTRATIVA OU CULPA DO SERVIÇO 409
3. TEORIA DO RISCO 409
4. RESPONSABILIDADE DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO 411
4.1. Responsabilidade por Ação ou Ato Comissivo do Estado 416
4.1.1. Por comportamentos lícitos 416
4.1.2. Por comportamentos ilícitos 416
4.2. Responsabilidade por Omissão do Estado 417
4.2.1. Fato da natureza 420
4.2.2. Comportamento material de terceiros 420
4.3. Responsabilidade em Razão de Atuação Positiva do Estado Propiciatória de Risco de Dano 421
5. O DANO INDENIZÁVEL 421
6. CAUSAS EXCLUDENTES DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO 423
7. O DIREITO DE REGRESSO 424
8. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS LEGISLATIVOS E JUDICIAIS 427
9. QUADRO SINÓTICO 429
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 431
11. QUESTÕES 438

Capítulo IX
BENS PÚBLICOS 443

1. CONCEITO 443
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS 444
3. CARACTERÍSTICAS DOS BENS PÚBLICOS 446
3.1. Inalienabilidade 446
3.2. Impenhorabilidade 447
3.3. Imprescritibilidade 451
3.4. Impossibilidade de Oneração 452
4. USO DOS BENS PÚBLICOS POR PARTICULAR 452
4.1. Uso Comum 453
4.1.1. Ordinário 453
4.1.2. Extraordinário 453
4.2. Uso Privativo ou Especial 453
4.2.1. Uso de "bens públicos afetados" por particular 454
4.2.1.1. Autorização de uso 454
4.2.1.2. Permissão de uso 454
4.2.1.3. Concessão de uso 455
4.2.2. Uso de "bens públicos não-afetados" por particular 455
4.2.2.1. Locação 456

4.2.2.2. Arrendamento 456
4.2.2.3. Enfiteuse ou aforamento 456
4.2.2.4. Cessão de uso 457
4.2.2.5. Concessão de direito real de uso 458
5. BENS PÚBLICOS EM ESPÉCIE 459
5.1. Terrenos de Marinha e seus Acrescidos 459
5.2. Terrenos Reservados e seus Acrescidos 460
5.3. Terras Tradicionalmente Ocupadas pelos Índios 462
5.4. Faixa de Fronteira 462
5.5. Terras Devolutas 462
5.6. Ilhas 463
5.7. Recursos minerais e jazidas 465
6. QUADRO SINÓTICO 465
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 468
8. QUESTÕES 471

Capítulo X
INTERVENÇÕES ESTATAIS NA PROPRIEDADE 473

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 473
2. MODALIDADES 473
3. LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS 474
4. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA OU PÚBLICA 475
5. OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA 476
6. REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA 477
7. TOMBAMENTO 478
7.1. Objeto do Tombamento 479
7.2. Modalidades 480
7.2.1. Quanto à constituição 480
7.2.2. Quanto à eficácia 481
7.2.3. Quanto aos destinatários 482
7.3. Efeitos 482
7.4. Natureza Jurídica 483
8. DESAPROPRIAÇÃO 484
8.1. Conceito 484
8.2. Procedimento 485
8.2.1. Fase declaratória 486
8.2.2. Fase executória 488
8.3. Modalidades de desapropriação 491
8.3.1. Desapropriação para fins de reforma agrária 492

8.3.2. Desapropriação por descumprimento da função social da propriedade urbana ... 495
8.4. Sujeitos Ativo e Passivo da Desapropriação ... 497
8.5. Pressupostos ... 499
8.6. Objeto ... 501
8.7. A indenização ... 501
8.8. Desapropriação indireta ou apossamento administrativo ... 506
8.9. Direitos do desapropriado ... 506
8.10. Desapropriação por zona ... 508
9. QUADRO SINÓTICO ... 509
10. JURISPRUDÊNCIA APLICADA ... 512
11. QUESTÕES DE CONCURSOS ... 519

Capítulo XI
LICITAÇÃO ... 521

1. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS ... 522
2. ESTRUTURA DA LEI 14.133/2021 ... 523
3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LEI 14.133/2021 ... 528
4. CONCEITO, FINS E OBJETO DA LICITAÇÃO ... 530
5. COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE LICITAÇÃO ... 531
6. PRINCÍPIOS DA LICITAÇÃO ... 532
6.1. Princípio da Legalidade ... 533
6.2. Princípio da Impessoalidade ... 533
6.3. Princípios da Moralidade e Probidade Administrativa ... 533
6.4. Princípio da Publicidade ... 533
6.5. Princípios da Eficiência e Eficácia ... 534
6.6. Princípio da Igualdade ... 535
6.7. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório ... 536
6.8. Princípio do Julgamento Objetivo ... 536
6.9. Princípio da Segregação de Funções ... 537
6.10. Princípio da Motivação ... 537
6.11. Princípio da Segurança Jurídica ... 537
7. OBRIGATORIEDADE DA LICITAÇÃO ... 538
8. DO PROCESSO LICITATÓRIO ... 539
8.1. Conceito e Objetivos ... 539
8.2. Fases do Processo Licitatório ... 540
8.3. Das pessoas proibidas de disputar licitação ou participar da execução de contrato ... 542
9. DA FASE PREPARATÓRIA ... 544
9.1. Da audiência pública dos interessados ... 547

9.2. Da matriz de riscos ... 547
9.3. Do valor previamente estimado da contratação ... 549
9.4. Do caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação ... 550
9.5. Do Edital da Licitação ... 551
9.6. Da margem de preferência no processo de licitação ... 552
10. DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO ... 553
11. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO ... 557
12. DISPOSIÇÕES SETORIAIS ... 559
12.1. Das Compras ... 559
12.2. Das Obras e Serviços de Engenharia ... 561
12.3. Dos Serviços em Geral ... 562
12.4. Da Locação de Imóveis ... 563
12.5. Das Licitações Internacionais ... 563
13. DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO ... 564
14. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES ... 564
15. DO JULGAMENTO ... 566
16. DA HABILITAÇÃO ... 569
16.1. Da habilitação jurídica ... 570
16.2. Da habilitação técnica ... 570
16.3. Da habilitação fiscal, social e trabalhista ... 571
16.4. Da habilitação econômico-financeira ... 572
17. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO ... 573
18. DA CONTRATAÇÃO DIRETA ... 574
18.1. Da Inexigibilidade de Licitação ... 575
18.2. Da Dispensa de Licitação ... 576
18.2.1. Da Licitação dispensável ... 577
18.2.2. Da Licitação dispensada e da alienação de bens da Administração Pública ... 582
19. DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E DAS CONTRATAÇÕES ... 586
19.1. Do Credenciamento ... 586
19.2. Da Pré-Qualificação ... 587
19.3. Do Procedimento de Manifestação de Interesse ... 588
19.4. Do Sistema de Registro de Preços ... 589
19.5. Do Registro Cadastral ... 592
20. DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS ... 593
21. ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO ... 594
22. QUADRO SINÓTICO ... 595
23. JURISPRUDÊNCIA APLICADA ... 611
24. QUESTÕES ... 615

Capítulo XII

CONTRATO ADMINISTRATIVO 619

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 619
2. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS 620
   2.1. A Presença da Administração Pública com Prerrogativas Públicas 620
   2.2. A Finalidade Pública 620
   2.3. A Obediência à Forma Prescrita em Lei 620
   2.4. O Procedimento Legal 624
   2.5. A Natureza de Contrato de Adesão 624
   2.6. A Natureza *Intuitu Personae* 624
   2.7. A Presença de Cláusulas Exorbitantes (cláusulas de privilégio) 625
      2.7.1. Exigência de garantia nos contratos administrativos 626
      2.7.2. Alteração unilateral dos contratos administrativos 627
      2.7.3. Extinção unilateral dos contratos administrativos 628
      2.7.4. Fiscalização da execução do contrato 628
      2.7.5. Aplicação de penalidade ao contratado responsável pelas infrações administrativas 629
      2.7.6. Anulação 629
      2.7.7. Retomada do objeto 629
      2.7.8. Restrição ao emprego da cláusula da exceção do contrato não cumprido (*"exceptio non adimpleti contractus"*) 630
   2.8. A Mutabilidade 630
      2.8.1. Fato do príncipe 631
      2.8.2. Fato da administração 632
      2.8.3. Teoria da imprevisão 632
3. DA ALOCAÇÃO DE RISCOS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 633
4. DURAÇÃO E PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 634
5. DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 636
6. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E DOS PREÇOS 640
7. DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 642
8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO 645
9. DOS PAGAMENTOS 646
10. DA NULIDADE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 648
11. DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS 649
12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 649
13. DOS RECURSOS 654
14. DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES 655
15. DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP 656
16. MODALIDADES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 657

16.1. Concessão de Serviço Público 658
16.1.1. Conceito 658
16.1.2. Da tarifa 659
16.1.3. Da licitação 659
16.1.4. Cláusulas essenciais 660
16.1.5. Encargos do poder concedente 661
16.1.6. Encargos da concessionária 661
16.1.7. Intervenção na concessão 662
16.1.8. Extinção da concessão 662
16.2. Concessão de Serviço Público Precedida de Execução de Obra Pública ou Concessão de Obra Pública 664
16.3. Permissão de Serviço Público 664
16.4. Contrato de Parceria Público-privada 665
16.4.1. Conceito e modalidades 665
16.4.2. Diretrizes a serem observadas no contrato de parceria público-privada.. 666
16.4.3. Cláusulas essenciais do contrato de parceria público-privada 667
16.4.4. Das garantias no contrato de parceria público-privada 670
16.4.5. Da sociedade de propósito específico 670
16.4.6. Da licitação 670
16.4.7. Disposições da Lei 11.079/04 aplicáveis à União 673
16.5. Concessão de Uso de Bem Público 673
17. CONVÊNIO 674
18. CONSÓRCIO ADMINISTRATIVO 674
18.1. Consórcios Públicos 674
19. QUADRO SINÓTICO 677
20. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 687
21. QUESTÕES 690

Capítulo XIII
PROCESSO ADMINISTRATIVO 693

1. CONCEITO 693
2. MODALIDADES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 694
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 695
4. FASES DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 699
4.1. Instauração 699
4.2. Instrução 699
4.3. Relatório 700
4.4. Decisão 701
4.5. Da Decisão Coordenada 701

4.6. Do Recurso Administrativo e da Revisão 703
5. CARÁTER SUBSIDIÁRIO DA LEI 9.784/99 704
6. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR 704
6.1. Das Penalidades disciplinares 705
6.2. Do Inquérito Administrativo 710
6.3. Do Julgamento 712
6.4. Da Revisão do Processo 713
7. PROCESSO SUMÁRIO 714
8. QUADRO SINÓTICO 714
9. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 717
10. QUESTÕES 721

Capítulo XIV

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 725

1. PROBIDADE E MORALIDADE ADMINISTRATIVAS. CONCEITO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E A LEI Nº 8.429/92, COM AS ALTERAÇÕES PROMOVIDAS PELA LEI Nº 14.230/2021 725
2. SUJEITO PASSIVO DO ATO DE IMPROBIDADE 730
3. SUJEITO ATIVO DO ATO DE IMPROBIDADE 731
4. OS ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 735
4.1. Os atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito 738
4.2. Os atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário 739
4.3. Os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública 743
5. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS AO ATO DE IMPROBIDADE 746
6. DA DECLARAÇÃO DE BENS 752
7. DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL 752
7.1. Do Procedimento Administrativo 752
7.2. Do Processo Judicial e a ação judicial por ato de improbidade 754
7.2.1. Do Pedido de Indisponibilidade de Bens 759
7.2.2. Do Acordo de Não Persecução Civil 761
7.2.3. Da Sentença 762
7.3. Competência 764
8. DA PRESCRIÇÃO 765
9. A LEI ANTICORRUPÇÃO 769
10. QUADRO SINÓTICO 774
11. QUADRO COMPARATIVO – LEI Nº 8.429/1992 ANTES E DEPOIS DA LEI Nº 14.230/2021 781

12. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 809
13. QUESTÕES 812

Capítulo XV
CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 817

1. CONCEITO 817
2. ESPÉCIES 817
   2.1. Quanto ao Órgão 818
   2.2. Quanto ao Momento 818
   2.3. Quanto ao Aspecto Controlado 818
   2.4. Quanto à Extensão ou Amplitude 819
3. CONTROLE ADMINISTRATIVO 819
   3.1. Conceito 819
   3.2. Recursos Administrativos 819
4. CONTROLE LEGISLATIVO 820
5. CONTROLE JUDICIAL 822
   5.1. Conceito e Extensão 822
   5.2. Meios de Controle: as ações constitucionais 822
6. QUADRO SINÓTICO 825
7. JURISPRUDÊNCIA APLICADA 827
8. QUESTÕES DE CONCURSOS 832

BIBLIOGRAFIA 837